

FUNDAMENTOS DA ÉTICA*

*Alaôr Caffé Alves***

A vida humana se caracteriza por ser fundamentalmente ética. Os conceitos éticos “bom” e “mau” podem ser predicados a todos os atos humanos, e somente a estes. Isto não ocorre com os animais brutos. Um animal que ataca e come o outro não é considerado maldoso, não há violência entre eles.

Mesmo os atos de caráter técnico podem ser qualificados eticamente. Estes atos sempre servem para a expansão ou limitação do ser humano. O que sob a perspectiva ética importa, nas ações técnicas, não é a sua trama lógica, adequada ou eficiente para obter resultados, mas sim a qualificação ética desses resultados. A eficiência técnica segue regras técnicas, relativas aos meios, e não normas éticas, relativas aos fins. A energia nuclear pode ser empregada para o bem ou para o mal. Na verdade, ela é investigada, apurada e criada para algum resultado. Não vale por si mesma, do ponto de vista ético. Pode valer pela sua eventual utilidade, como meio; mas o uso de energia nuclear, para ser considerado bom ou mal, deve referir-se aos fins humanos a que se destina. O valor, de modo geral, está presente em todas as ações, mas é preciso distinguir os valores de utilidade dos valores éticos; esses valores são de naturezas diferentes.

Vê-se, pois, que o plano ético permeia todas as ações humanas. Isto ocorre porque o homem é um ser livre, vocacionado para o exercício da liberdade, de modo consciente. Sem liberdade não há ética. A liberdade supõe o julgamento de e a operação sobre alternativas; ela se concretiza mediante a escolha, a decisão, a consciência do que se faz. Isso implica refugir à determinação unilinear necessária, à determinação meramente causal. Implica também a ponderação das conseqüências. É a afirmação da contingência, da multiplicidade e dos fins alternativos. Diante da multiplicidade de caminhos postos a nossa disposição, avaliamos os meios e os fins e, considerados apropriados ou prudentes, escolhemos. Na verdade, somos obrigados a escolher. Como afirmou Sartre, somos condenados a ser livres. Somos obrigados a exercer a liberdade.

Assim, a decisão supõe a possibilidade e, paradoxalmente, a necessidade de estimar as coisas e as ações humanas para atender as nossas demandas. E as estimamos, porque as conhecemos não só pelo que são mas também, e principalmente, pelas conseqüências ou resultados provenientes de sua adoção. Entretanto, não há aqui uma necessidade lógica, não existe uma mera conclusão. A decisão não é uma conclusão lógica. A decisão implica a avaliação da múltiplas variáveis do caso a ser decidido, porém não o completo domínio cognitivo delas. A decisão pressupõe, portanto, a avaliação prudente da nossa ignorância a respeito do assunto envolvido, cuja dimensão e natureza podem nos levar, se não houver prudência, a uma decisão

* O presente artigo foi extraído do prefácio que o autor escreveu, sob o título “Categorias da Ética”, para a obra do Professor Eduardo C.B. Bittar, intitulada “Curso de Ética Jurídica – Ética Geral e Profissional”, Ed. Saraiva, 2002.

** Professor Associado da Faculdade de Direito da USP

precipitada, controvertida e injusta. Assim, quando decidimos pulamos, de certo modo, no escuro. A decisão comporta sempre um risco, por isso implica também a responsabilidade daquele que decide. Como não podemos ficar sempre a estimar as coisas e as ações, visto que assim não decidiríamos e, por consequência, não agiríamos, a avaliação da questão pressupõe sempre uma sadia atitude dogmática de aceitarmos um ponto de partida do qual não podemos, ou melhor, não devemos duvidar. Isso, naturalmente, supõe a avaliação, comparação e ponderação de múltiplos fatores que perfazem uma situação humana complexa. Aí, portanto, temos também compreendida a esfera do valor, o mundo axiológico. Não há liberdade de decisão e de ação sem valoração. Essa esfera, entretanto, é muito ampla, pois envolve não só o mundo da ética, mas também o da utilidade, da estética, da religião etc..

Sob o ângulo especificamente ético, não há escolha, exercício da liberdade, definição ética, se não houver avaliação, preferência a respeito das ações humanas. Eis porque na base da ética, como dissemos, encontram-se necessariamente a liberdade e a valoração; a ética só se põe no mundo da liberdade, da escolha entre ações humanas avaliadas. A escolha, a decisão, que é manifestação de nossa liberdade, só é possível tendo por fundamento o mundo axiológico, tanto quanto este tem por condição de possibilidade a liberdade. Não se pode estimar sem alternativas possíveis. Se não houvesse liberdade, não haveria apreciação possível sobre as condutas do homem, não haveria preferências axiológicas e, portanto, não se daria o campo para o exercício da liberdade. Na medida em que se escolhe, se avalia para obter a consciência do que é preferido. Ao escolher-se um caminho, pondera-se que, de algum modo ou sob algum prisma, é o melhor em relação a outro; o caminho escolhido mata outras possibilidades. Na escolha não pode haver indiferença. A escolha está dirigida à ação, à exteriorização, à tomada de posição.

Isto significa que a escolha, a decisão, nos leva à determinação normativa ou imperativa de uma via em detrimento de outra. Significa que devemos seguir a via avaliada e decidida e que devemos evitar a outra ou outras, sob pena de não realizarmos o valor correspondente e de submetermo-nos, segundo a dimensão normativa, a uma possível sanção. Se o valor for o útil, então teremos um “dever fazer” para alcançar uma meta prática do cotidiano instrumental. Estamos, aqui, no mundo da regra, da instrução. Para assistir televisão, devo ligá-la apertando um determinado botão. Se não faço isto, não cometo uma infração, apenas não alcanço o meu objetivo. Se o valor for o bem, temos um dever fazer para alcançar um fim ético, que vale não enquanto meio para outro fim, mas enquanto um fim que se impõe a partir de si mesmo, um fim estritamente humano. Se o violo, então estarei cometendo uma infração, um delito, um mal. Do mundo dos valores, passamos para o mundo do dever-ser, ao mundo normativo. Eis porque o direito, constituído de regras e normas, é, além de um fenômeno técnico, um fenômeno eminentemente ético, visto pressupor o mundo das ações humanas, das relações entre os homens, a liberdade de agir, a valoração das condutas, a decisão sobre elas e as normas e regras que prescrevem essas condutas.

Entretanto, é preciso sublinhar que essa liberdade, esses valores, decisões e normas não se dão acima das coisas, acima do mundo real. Não estão pairando sobre o mundo

das necessidades ou fora delas. Liberdades, valores, decisões e normas definem-se também pelas necessidades humanas naturais e sociais. Eliminadas estas, estarão eliminados aqueles. O mundo oferece resistências e determinações necessárias e, por meio destas, as ações éticas se realizam... precisamente enquanto as contrariam (pelo menos dentro de certos limites). As ações éticas brilham justamente quando se opõem às tendências “naturais” ou “espontâneas” do homem. Se as ações seguissem apenas as tendências naturais do homem, não haveria lugar para o mundo ético. Aquelas resistências e determinações não estão apenas ao redor do homem, no mundo que o circunda, são também, e principalmente, as que vem de seu interior, de sua carne, de seu sangue, de seus ossos. São as suas tendências, seus instintos, suas necessidades, seus interesses. Assim, a liberdade não só se contrapõe à necessidade, como sua negação, mas também existe em função desta. Não há liberdade sem necessidade. Não há ética sem impulsão, sem desejo. A melhor prova da liberdade é o esforço de superação da necessidade, afirmando-a e negando-a dialeticamente, a um só tempo. Então, o mundo ético só é possível no meio social, no bojo das determinações sociais. O fenômeno ético não é um acontecimento individual, existente apenas no plano da consciência pessoal. Isto porque o ente singular do homem só se manifesta, como ser autêntico, em suas relações universais com a sociedade e com a natureza. Esse fenômeno é resultante de relações sociais e históricas, compreendendo também o mundo das necessidades, da natureza. A ética só existe no seio da comunidade humana; é uma expressão da vida social e histórica dos homens situados, dos homens em suas relações vitais, produtivas, concretas e comunicativas.

Uma das principais determinantes das possibilidades éticas são as relações econômicas, as relações de produção e de reprodução social da vida material dos homens. Estas relações não são apenas relações queridas ou escolhidas pelos homens. São relações históricas e sociais determinantes do próprio homem. Os homens ou grupos de homens que controlam a produção e os meios de circulação econômica dos bens possuem maior liberdade do que aqueles que não tem o poder desse controle. Por aí se vê também que a liberdade, assim como a ética, não se reduzem a fenômenos meramente subjetivos; elas têm sempre dimensões sociais, históricas e objetivas. Os que têm mais propriedades, maior poder material, detêm também maior poder de sobrevivência e maior poder de ampliar sua qualidade de vida e de seus familiares. Por isso eles têm maior disponibilidade ética, visto que têm o poder de melhor conhecer e avaliar as condutas, podem escolher mais e melhor, podem decidir em maior escala sobre as coisas da cultura e sobre a distribuição das riquezas, podem definir um maior leque de normas que atendam aos seus interesses etc.. Por aí se vê que, realisticamente falando, o mundo ético não é igual para todos. E isso já é um grande problema ético ou meta-ético! Isso tudo reflete-se imediatamente na disponibilidade e distribuição dos direitos entre os homens. Os direitos humanos, portanto, são criados e distribuídos conforme os poderes que se tem sobre as coisas, e esses poderes são conflitivos e bem diferenciados de homem para homem, de grupo para grupo, de comunidade para comunidade, de nação para nação. Por essa razão, a ética reflete os antagonismos sociais e é também produto de lutas e conflitos entre os homens e os grupos humanos. Por isso, a ética apresenta também uma essencial dimensão política.

Há, assim, um grande esforço, um esforço ético-político para se obter uma distribuição igualitária dos direitos entre os homens, quer dentro das comunidades, quer entre as comunidades. Na verdade, existe uma ética sobre a ética, uma meta-ética. A meta-ética é utópica, crítica, subversiva e transcende as condições mais imediatas da vida social. No entanto, ela precisa ser possível no mundo dos fatos sociais, sob pena de se perder como uma utopia de meros sonhos. A possibilidade da meta-ética marca-se igualmente por ter que se fundar nas necessidades humanas calcadas no processo de sua vida material, em seu desenvolvimento histórico e cultural, porém dentro de um contexto de globalidade não ideologizada, enquanto possa ser representativa de reais forças orgânicas da comunidade humana; enquanto possa ser a expressão dos autênticos interesses democráticos dos homens vivendo socialmente num contexto de igualdade e liberdade; enquanto possa ser ética no real sentido da palavra. Esse é, em rápidas linhas, o grande desiderato dos homens sinceramente envolvidos com as coisas humanas, pois, para eles, o que é humano não lhes é estranho.